

C&T

Propriedade intelectual na pesquisa universitária

A partir de meados da década de 90, o Brasil conseguiu ultrapassar o horizonte de 1% do volume total de artigos científicos publicados no mundo. Esse índice, mesmo muito pequeno se comparado a países como Estados Unidos ou Inglaterra, evidencia uma tendência apontada por recentes diagnósticos do setor brasileiro de ciência e tecnologia. Os mesmos dados denunciam, porém, uma deficiência que começa a ser atacada por diversas áreas de políticas públicas: a reduzida quantidade de patentes de inovações tecnológicas e industriais. Em linhas gerais, pode-se dizer que o nosso país publica resultados de pesquisas em revistas de impacto, mas deixa a desejar no momento de transformar o conhecimento em inovações tecnológicas. É o que conclui a pesquisadora gaúcha Marli Ritter dos Santos, que apresentou um trabalho no 5º Encontro de Propriedade Intelectual e Comercialização da Tecnologia, realizado em julho no Rio de Janeiro. Como diretora

do Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia da UFRGS, Marli pesquisou a atuação dos núcleos, responsáveis pela descoberta de inovações existentes dentro dos seus *campi*.

O estudo corrobora dados já conhecidos do setor: 80% da pesquisa no Brasil é feita nas universidades públicas, o que torna o Estado o principal financiador da ciência no país. O estudo detectou 11.760 grupos de pesquisa que consumiram um total de R\$ 92 bilhões em investimentos, no período estudado, de abril de 2001 a junho de 2002, fortemente concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Outra evidência é a dificuldade dos pesquisadores em procurar núcleos de propriedade industrial para depósito de patentes. A chamada "cultura da propriedade intelectual" ainda é escassa entre nós, diz ela. Alguns núcleos mais ativos têm dado cursos sobre o tema, ensinando a redigir pedidos de patentes, com a estratégia de difundir o hábito. Entre outros entraves, está a tradição de divulgar a pesquisa na forma de um artigo, o que inviabiliza a patente; e a parceria com empresas que impedem a publicação parcial dos resultados.

Bruno Buys

IBGE

Indicadores unificados de criminalidade

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em convênio com o Ministério da Justiça prepara um levantamento das informações disponíveis sobre criminalidade em cada secretaria estadual de segurança pública. O projeto, ainda em fase inicial, tem como objetivo propor procedimentos unificados nacionalmente, para criar um modelo único de registro de ocorrências policiais no país.

Antônio Carlos Alkmin, coordenador do projeto, adianta que cada estado processa de forma diferente as ocorrências. "Do preenchimento de questionários até os conceitos do que é criminalidade, são procedimentos desiguais entre as localidades, o que dificulta comparar e acompanhar os índices de criminalidade no país".

O projeto ocorrerá em duas fases: uma treinando todos os envolvidos no registro de ocorrências; outra na pesquisa com as vítimas diretas ou indiretas, nos domicílios, para checar a incidência de ocorrência de criminalidade, comparada aos dados registrados nas delegacias. Alkmin ressalta que nem sempre as vítimas procuram a polícia e a pesquisa vai entender por que a vítima nem sempre denuncia e como é tratada quando registra uma ocorrência. Essa etapa do trabalho deve ocorrer de 2003 a 2004.

Relação entre produção científica e inovação tecnológica (Science Citation Index, 1993)

	Brasil	EUA	UK	Alem.	França	Itália	Israel	Coréia	Japão
% artigos	1,2%	33,6%	7,5%	6,7%	5,2%	2,9%	1,0%	1,0%	8,8%
% Pat. EUA	0,06%	54,13%	2,33%	7,01%	2,96%	1,31%	0,32%	0,79%	22,67%
% art. pat	20,00	0,62	3,22	0,96	1,76	2,22	3,13	1,26	0,39

Fonte: Science Citation Index e Science and Engineering Indicators - 1996, National Science Board (U.S. Government Printing Office, 1996)

Arte: Marilissa Motta